

Mecanismos de Diversificação ao Cultivo do Tabaco no Município de Santa Cruz do Sul – RS: um Estudo de Caso

LUDTKE, Rosiéle C.¹; RAMBO, Anelise G.²

1 Tecnóloga em Agropecuária, Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural na Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS/Laranjeiras do Sul-PR, rosieleludtke@gmail.com;

2 Docente do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS ane_rambo@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo analisa os mecanismos que levam as famílias produtoras de tabaco a implementarem iniciativas de diversificação e analisar a dinâmica destas mudanças no município de Santa Cruz do Sul/RS. Pretende-se verificar motivações e alternativas de renda na maior região produtora de tabaco do país, e quais políticas públicas são mobilizadas. Para tal, será feita uma análise considerando reflexos negativos da modernização da agricultura, em especial, sobre a agricultura camponesa, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. O referencial teórico mobilizado engloba a sociedade de risco de Ulrich Beck e a perspectiva orientada ao ator de Van der Ploeg. Enquanto resultados, é possível afirmar que iniciativas de diversificação mostram-se enquanto uma auto-confrontação aos riscos produzidos pela monocultura do tabaco a qual está pautada nos ditames da Revolução Verde. Essa produção diversificada tende a fortalecer a capacidade de agência dos camponeses, como resposta aos riscos produzidos por esta cadeia produtiva e emergem de uma perspectiva onde o sujeito camponês, de acordo com sua realidade, seu modo de vida, seu modo de reprodução social, busca minimizar estes efeitos.

Palavras-chave: Diversificação; Tabaco; Camponeses; Auto-confrontação.

Diversification Mechanisms to Tobacco Cultivation in Santa Cruz do Sul - RS : a Case Study

Abstract: This article analyzes the mechanisms by which tobacco farming families to implement diversification initiatives and analyze the dynamics of these changes in Santa Cruz do Sul / RS. It is intended to verify motivations and income alternatives in the largest tobacco-producing region of the country, and what public policies are mobilized. This requires an analysis will be done considering negative effects of agricultural modernization, in particular on peasant agriculture, considering social, economic and environmental. The theoretical framework encompasses mobilized the risk society Ulrich Beck and actor-oriented perspective to Van der Ploeg. As results, it is clear that diversification initiatives show up as a self-confrontation to the risks produced by the tobacco monoculture which is guided in the dictates of the Green Revolution. This diversified production tends to strengthen the agency's capacity of farmers in response to the risks produced by this production chain and emerge from a perspective where the individual peasant, according to their reality, their way of life, their way of social reproduction, search minimize these effects.

Keywords: Diversification; Tobacco; Peasants; Self- confrontation.

Introdução

O presente estudo busca investigar o que leva famílias de camponeses a implementarem iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco e encontrar alternativas de rendas na maior região produtora de tabaco do país. Entendemos que essas iniciativas de diversificação são decorrentes do que Ulrich Beck chama de sociedade de risco. No contexto da sociedade de risco, iniciativas na busca por um modelo de agricultura mais sustentável emergem em contraponto ao modelo vigente, para dar respostas e auto-confrontar-se aos riscos produzidos pela própria modernidade.

No caso em estudo, entendemos que as iniciativas de diversificação são uma auto-confrontação aos riscos produzidos pela monocultura do tabaco a qual está pautada nos ditames da Revolução Verde. Além disso, a produção diversificada pode fortalecer a capacidade de agência dos agricultores, contribuindo com o processo de desenvolvimento rural. Para analisar essa capacidade, nos valeremos da Perspectiva Orientada ao Ator. Essa abordagem ressalta a capacidade dos atores desenvolverem iniciativas de diversificação no sentido de buscar alternativa à produção hegemônica do tabaco, levando em conta a realidade local, vinculada à cultura, ao modo de ser e de viver camponês, fortalecendo sua capacidade de agência na condução e promoção do desenvolvimento, num processo marcado por diversas formas de resistência e busca por autonomia.

Frente ao mencionado, procura-se estudar a realidade do município de Santa Cruz do Sul, local onde está instalado o maior complexo agroindustrial de beneficiamento do tabaco no mundo. Entretanto, também onde estão sendo realizadas iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco. Buscamos evidenciar, frente aos estilos de agricultura historicamente constituídos, formas alternativas e características que possam ser potencializadas enquanto alternativas de desenvolvimento rural.

Figura 1: Localização do objeto de estudo, município Santa Cruz do Sul, estado do Rio Grande do Sul, Brasil.



Fonte: Atlas socioeconômico do RS

Portanto, considera-se que os camponeses ao se auto-confrontar, tanto com os efeitos colaterais da modernização da agricultura, quanto com os riscos sistêmicos decorrentes na questão ambiental, social, econômica, buscam implementar iniciativas distintas para ampliar as fontes de renda e reduzir a dependência de fatores externos.

Metodologia

Este artigo pretende fazer uma discussão teórica sobre a questão diversificação ao cultivo do tabaco e apresentar de forma sucinta, os resultados da pesquisa de campo realizada no município de Santa Cruz do Sul, com camponeses, produtores de tabaco, que realizam processos de diversificação em suas propriedades. Neste município, localizado na região Vale do Rio pardo, foi escolhido por ser o centro da produção de tabaco e das decisões políticas em torno desta cadeia produtiva. Foi um dos primeiros locais a produzir tabaco no Brasil e onde está instalado o maior pólo nacional de beneficiamento de tabaco do Brasil.

Para dar suporte à análise do estudo de caso, será realizada uma *pesquisa bibliográfica* e um aprofundamento das abordagens relativas à sociedade de risco e ao movimento de auto-confrontação que esta sociedade gera, com base principalmente na abordagem de Ulrich Beck, relacionando essa auto-confrontação à perspectiva orientada ao ator de Long e Ploeg. Como resultados, serão apresentados os motivos de autoconfrontação com a sociedade de

risco, nas quais os atores sociais envolvidos, buscam formas alternativas de superação a esta cadeia produtiva, diversificando a produção e a renda das propriedades.

Nesse sentido busca-se por meio das referências teórico-metodológicas, reforçar a questão em estudo: os camponeses ao se confrontarem com os riscos gerados realizam iniciativas de diversificação nas suas propriedades. Ainda que contando com recursos restritos e limitadas opções, os camponeses não são considerados, recipientes passivos ou vítimas de iniciativas de planejamento e de intervenção social, econômica e tecnológica. Consideram-se como os camponeses orientam-se por diversos interesses, objetivos, experiências para desenvolver projetos em resposta a outros projetos formulados por agências estatais ou setores empresariais (LONG, 2001).

Pretende-se entender os motivos que levaram as famílias a realizarem a diversificação e os benefícios que isso trouxe para elas, para sua comunidade e para seu município, buscando compreender porque os camponeses buscaram a idealização de alternativas para a solução de seus próprios problemas, sendo este processo social altamente complexo e relacionado ao que Long (2008) chama de “Perspectiva Orientada ao Ator”. Esta abordagem confere a significação para que se mostre a heterogeneidade dos espaços e a importância de se considerar como os próprios camponeses moldam os padrões do desenvolvimento rural (LONG, 2008).

No sentido de registro, foram realizadas *entrevistas semi-estruturadas*, com camponeses, produtores de tabaco, que realizaram o processo de diversificação e com lideranças de movimentos sociais, entidades, cooperativas que estão envolvidos em iniciativas de diversificação ao tabaco.

Resultados e Discussões

A cadeia produtiva do tabaco é marcada por muitas contradições. Os lucros das empresas fumageiras escondem, no entanto, a realidade que vivem famílias produtoras do tabaco (ETGES, 2005). As empresas exercem domínio sobre as famílias que se submetem as regras impostas, ou se satisfazem pelos “benefícios” de receber os insumos e só pagar após a colheita com a produção. A produção de fumo no Sul do Brasil é desenvolvida através do sistema de integração entre indústrias e fumicultores, chamado de Cadeia produtiva do

Tabaco. Este sistema é adotado pelo conjunto das empresas fumageiras, ofertando os insumos (sementes, fertilizantes, venenos) como adiantamento, além do financiamento da construção das estufas (DESER, 2003). Prevê ainda assistência técnica aos camponeses que em contrapartida garantem a venda integral e exclusiva da produção à integradora. Observa-se que a assistência técnica oferecida é unicamente direcionada para o cultivo do fumo, de forma a atender os interesses das indústrias fumageiras (ALMEIDA, 2005).

O sistema de integração caracteriza um contrato de adesão realizado entre as empresas fumageiras e o camponês, cujas obrigações das partes estão descritas no quadro a seguir:

Quadro 01: Características do sistema de integração

Compromissos/obrigações da fumageira	Compromissos/obrigações do camponês
Concessão de crédito aos camponeses para que adquiram os materiais e estruturas necessários para a produção do fumo em folha	Utilização do crédito, materiais e estruturas exclusivamente para a produção de tabaco
Fornecimento dos insumos necessários ao plantio do tabaco	Plantar, cuidar, colher, classificar o tabaco
Acompanhamento técnico de um instrutor agrícola exclusivamente para o plantio do tabaco	Seguir rigorosamente as recomendações do técnico
Compra garantida de toda a produção do camponês	Comercializar a totalidade da produção dentro da estimativa prevista para a fumageira

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Almeida (2005).

Atualmente são 182.970 famílias fumicultoras no Brasil, sendo a maior parte delas de pequenos proprietários e sem terra. A cultura do tabaco fixou-se na região sul do país, em áreas de topografia acidentada. A área média das propriedades dos fumicultores é de 15,7 ha, sendo, normalmente, apenas 2,64 ha utilizados para o cultivo de fumo (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2014). Embora constitua-se numa importante fonte de renda para milhares de famílias da região Sul do Brasil, há muitos problemas relacionados ao cultivo do tabaco. Pode-se citar: tabagismo, uso de venenos que causa diversos impactos ambientais, empobrecimento das famílias, penosidade do trabalho, doenças associadas à atividade produtiva e ao uso dos venenos, a doença da folha verde, elevado índice de suicídios decorrentes de frustrações na produção e possíveis intoxicações (DESER, 2003).

Para Almeida (2005) a renda das famílias envolvidas no cultivo de tabaco, de fato, não lhes confere grande autonomia financeira, além de exigir muita mão de obra durante sua safra.

Há um atrelamento destas famílias à indústria fumageira pelo fato de que lhes confere a “garantia de mercado”. Esse atrelamento constitui-se como um fator determinante e gera dependência das famílias a indústria fumageira.

Frente a isso, é possível questionar sobre que tipo de desenvolvimento o sistema integrado de produção de tabaco gera. Por um lado, há a de lucros significativos para as empresas fumageiras e números expressivos de toneladas de produção e de exportação, os quais se contrapõem à baixa qualidade de vida e a frágil situação econômica e social daqueles que plantam, cuidam, colhem, secam o tabaco. Estes, muitas vezes, pagam com a própria saúde e dos seus familiares e sofrendo as consequências desse modelo de produção imposto pelas multinacionais do tabaco (ETGES, 2005).

Quanto à monocultura do tabaco, Schneider (2010a) enfatiza que as condições de produção do tabaco expõem os camponeses a situações paradoxais. De um lado, praticam uma atividade altamente rentável e lucrativa, que apesar de demandar uso intenso de mão de obra, pode ser realizada em pequenas áreas de terra, dado o volume total produzido por área plantada. A maximização do fator trabalho representa uma vantagem comparativa frente aos demais sistemas de cultivo ou criações, gerando uma competitividade incomum aos estabelecimentos de pequeno porte voltados à produção do tabaco. Por outro lado, esta produção gera uma situação de dependência e de vulnerabilidade, que fragiliza estas famílias e geram situações de pobreza e risco.

Contudo, segundo Etges (2005) todos estes insumos fornecidos, *a priori*, às famílias como adiantamento na safra, caracterizam um negócio lucrativo às empresas fumageiras, pois fornecem estes insumos a preço de mercado. Como realizam compra destes em grande quantidade, conseguem negociar a um preço bem mais barato. As aplicações de venenos são feitas de maneira preventiva, ou seja, antes mesmo de aparecer uma praga ou doença. Ademais, a disponibilização antecipada do pacote agroquímico pelas fumageiras aos camponeses constitui-se numa considerável fonte de lucro para as empresas do setor (ETGES, 2005).

De acordo com Pinheiro e Luz (1998, p.155)

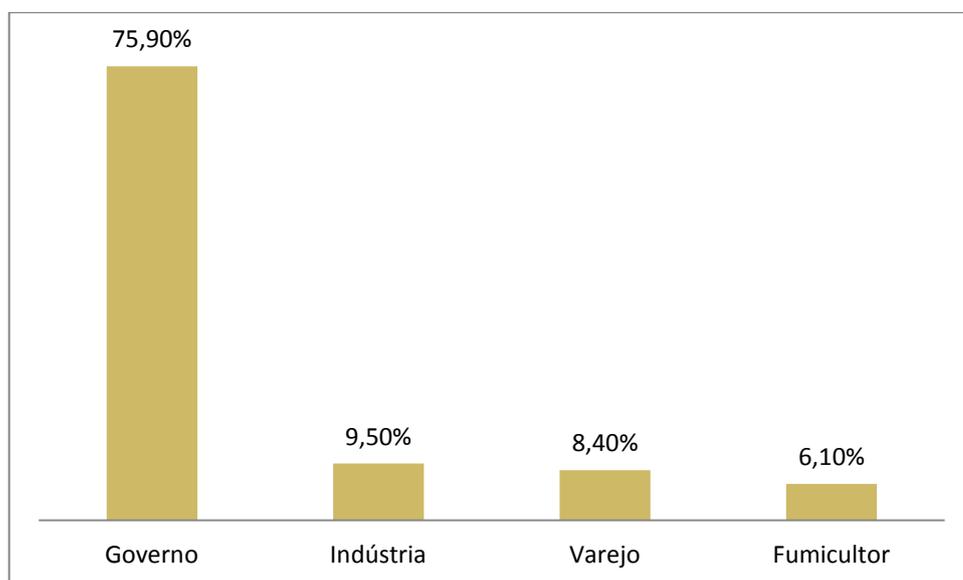
As fumageiras, hoje, não precisam obrigar o produtor a absorver insumos, optar por seguro ou construções de investimento, pois o fumicultor já está irremediavelmente atrelado ao esquema e seus instrutores controlam a fidelidade. Os fumicultores reconhecem que estão intoxicados e com suas vidas e de seus filhos seriamente comprometidas. Também não acreditam que seja possível produzir sem esta relação

opressiva, e nem sequer acreditam que existam alternativas. Submetem-se. E a ideologia do dominador passa a ser a visão do dominado. Infelizmente este é o auge da servidão.

Segundo Deser (2010), o faturamento total do setor fumageiro, exportação e consumo doméstico, em 2009, foi de R\$ 16,9 bilhões. As exportações foram responsáveis por 87% e o consumo doméstico de cigarros representou 13%. Deste total faturado na cadeia do fumo, os impostos e tributos arrecadados pelo governo absorveram R\$ 8,4 bilhões (49% do total); a indústria, R\$ 3,04 bilhões (18%); os fumicultores, R\$ 4,5 bilhões (26,8%) e a renda do comércio varejista correspondeu a R\$ 933 milhões (5,5%) do faturamento total (DESER, 2010).

No que se refere ao valor total faturado pela cadeia, a parte do fumicultor representa a segunda menor, perdendo apenas para o comércio varejista. No entanto, com relação à renda líquida, o produtor de tabaco é o que fica com a menor fatia da renda gerada, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1: Distribuição da renda líquida do Setor Fumageiro



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do DESER, 2010.

Os resultados anuais de produção das safras demonstram que a cadeia produtiva do tabaco gera uma renda considerável. Na Safra 2013/2014 foram produzidas no Brasil, 731.390 toneladas que comercializadas geraram um valor de R\$24.878.815.150,00, e que foram assim distribuídos: Tributos 43,3% Indústria: 29,0% Produtor: 21,7% Varejista: 6,0%

(ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2014). Cabe ressaltar a desigualdade na distribuição desta renda ao longo da cadeia, pois são as famílias que realizam todo trabalho de produção do tabaco, correndo riscos climáticos de intempéries do clima, riscos na saúde por possíveis intoxicações pelo efeito cumulativo do uso de agrotóxicos e da absorção da nicotina, bem como de doenças funcionais pelo trabalho pesado, riscos de flutuações de mercado por ocasião da venda, entre outros. Ademais, os camponeses ficam com uma fatia pequena do valor gerado, além do fato de que ao longo dos anos vem aumentando sua dependência a financiamentos de políticas públicas, muitos deles repassados pelas próprias fumageiras. Outro fator é o alto custo de produção deste cultivo, pois o tabaco é altamente dependente de insumos externos (ETGES, 2005). Ao iniciar o plantio, o fumeiro já tem uma dívida assumida com a fumageira, uma vez que recebe em casa todos os insumos necessários para a produção, precisando saldar esta dívida com o resultado do trabalho.

Frente a isso, é possível questionar sobre que tipo de desenvolvimento o sistema integrado de produção de tabaco gera. Por um lado, há a de lucros significativos para as empresas fumageiras e números expressivos de toneladas de produção e de exportação, os quais se contrapõem à baixa qualidade de vida e a frágil situação econômica e social daqueles que plantam, cuidam, colhem, secam o tabaco. Estes, muitas vezes, pagam com a própria saúde e dos seus familiares e sofrendo as consequências desse modelo de produção imposto pelas multinacionais do tabaco (ETGES, 2005).

Conforme destacam Boeira e Guivant (2003), a saúde das famílias de camponeses que cultivam o fumo é sistematicamente agredida de diversas formas: pelo uso de agrotóxicos, pelo contato direto com a planta úmida (que libera nicotina, sendo absorvida pela pele) e pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas.

Importa ressaltar que as empresas do tabaco exercem controle sobre todos os aspectos do cultivo do fumo, sem arcar com quaisquer riscos. Desse modo, os camponeses expõem-se às ameaças decorrentes do cultivo e sujeitam-se as responsabilidades civis, criminais e ambientais, sendo poucos os que têm autonomia sobre as suas práticas (ALMEIDA, 2005).

Frente aos resultados negativos gerados pela modernização da agricultura e da produção de tabaco no âmbito da agricultura camponesa, a abordagem de Ulrich Beck traz compreensão do porquê as famílias implementam iniciativas de diversificação ao tabaco em meio ao discurso de que esta seria uma das atividades mais rentáveis para os camponeses. A *priori*, se evidencia a diversidade de ações implementadas pelos camponeses que, de acordo

com Schneider (2009), não apenas reagem ou se adaptam aos condicionantes externos, mas também são capazes de agir de forma propositiva e autoconfrontar com esta realidade exposta. Segundo o mesmo autor, a chave para compreender as dinâmicas cotidianas dos camponeses está nas inter-relações e interdeterminações que este grupo estabelece com outras esferas, como o Estado, o mercado, as instituições e outros dispositivos coletivos. Todas essas experiências representam formas de resistência, já que na busca por autonomia, constroem-se alternativas possíveis (SCHNEIDER, 2009).

Giddens (1991) argumenta que a modernidade, associando o crescimento e o progresso, à ciência e a racionalização, incorporou conhecimentos técnico-científicos socialmente construídos para mediar a relação seres humanos e natureza. Tais conhecimentos configuram o que o autor chama de sistemas peritos, que buscaram ao longo da modernidade, instaurar a dimensão do controle e da segurança. Por sistemas peritos entende-se sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. Cabe ressaltar que para os indivíduos em situação de modernidade a percepção de riscos se dá moldada pela ação dos sistemas peritos (GIDDENS, 1991).

A realidade da modernidade se caracteriza por um certo nível de incerteza e até de angústia. Ao mesmo tempo em que a razão humana obtém as informações provenientes dos sistemas peritos, não se possui o domínio pleno das informações no cotidiano. O sistema perito, constituído pelos especialistas, informa a comunidade questões relativas ao conhecimento. A comunidade, ou o indivíduo, de maneira reflexiva, adota ou não o conhecimento transmitido pela comunidade científica, aplicando-a ou não. Isso interfere sobremaneira no cotidiano das pessoas, no resultado dos seus atos e, diretamente no meio que os envolve. De acordo com a ação reflexiva e diante de determinadas situações da modernidade, ignora-se o risco, apesar de estar diante e confiante nos sistemas peritos.

No entanto, o impacto ambiental do industrialismo acabou por afetar a confiança em tais sistemas peritos, originando o que Beck caracteriza como a *sociedade de risco* (BECK, 2011). Esta marca a passagem da modernização simples para a modernização reflexiva, um estágio no qual a modernização se autodestrói e se modifica. “Quanto mais avança a modernização das sociedades modernas, mais ficam dissolvidas, consumidas, modificadas e ameaçadas as bases da sociedade industrial” (BECK, 1995, p. 13).

Segundo Beck (1995), os efeitos colaterais, como os problemas ambientais, sociais, de saúde humana, não são sinônimos de medo ou ameaça, mas configuram-se enquanto *riscos*. Representam assim, um perigo, que está fortemente associado à dimensão da decisão, caracterizando nossas incertezas cotidianas e rotineiras. Para o autor, os *riscos* tornam-se a causa e o meio da mudança social, passando a ser o conceito chave a partir do qual a sociologia pode interpretar e compreender a vida social.

Levando em conta essa situação, a perspectiva orientada ao ator é capaz de possibilitar o entendimento de como os camponeses buscaram a idealização de alternativas para solução de seus próprios problemas, sendo, um processo social altamente complexo (LONG, 2001). Neste sentido, este autor propõe uma abordagem que ressalta a capacidade de agência humana, permitindo que se analisem as práticas, processos e formas de organização empregadas pelos camponeses no sentido de uma mudança social por meio da construção de formas alternativas de garantia da sobrevivência material, além da sua reprodução social como unidades de produção.

Na perspectiva orientada ao ator a noção do ator é afim à noção de agência humana estabelecida por Giddens (1984). Segundo esse autor, a noção de agência humana é resultado de um processo reflexivo dos atores, a partir de sua capacidade de trazer as diferentes situações pela consciência e refletir suas escolhas. Os atores são capazes de compreender o que fazem, porque o fazem, quando o fazem. Esta agência humana é considerada o centro da perspectiva de ator social e é eixo pelo qual giram os planejamentos que tentam reconciliar as noções de estrutura e de ator. A noção de agência, para Long (2007, p. 48) atribui ao ator: “(...) a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lutar com a vida, ainda sob as formas mais extremas de coerção”. Dentro dos limites de informação, incertezas e outras restrições (...) os atores sociais tem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar”.

Nesse sentido, os atores sociais são compreendidos como participantes ativos na construção do desenvolvimento rural, processando informações, colocando em prática suas estratégias em interação com outros atores e instituições, o que Long (2001) conceitua de perspectiva orientada ao ator e complementa que:

Os projetos dos atores não são simplesmente atados a cenários estruturais determinados pelo circuito de mercadorias ou por programas de desenvolvimento organizado pelo estado. Mais do que isso, é através das formas pelas quais tais projetos se articulam que particulares “estruturas” são criadas, reproduzidas e transformadas. Somente assim, pode-se chegar a uma completa apreciação teórica e

empírica da diferenciada natureza e das transformações da vida agrária (LONG, 2001, p. 231).

Há de se destacar na abordagem orientada ao ator, ênfase na avaliação da interação de vários projetos e ações sociais, realizadas em estruturas macro, mas também nas localidades.

É através do complexo encontro e da mediação entre diversos atores com seus respectivos projetos que emerge a organização das estratégias de desenvolvimento, que são rotas específicas em direção ao futuro. Essa organização é o resultado da interface de diferentes estratégias, ou o que podemos designar de interação de projetos sociais (LONG; PLOEG, 1994, p. 68-69).

Assim, o ator é considerado um agente coletivo, que age a partir de processos de interação com outros, e o que define sua condição de ator é sua capacidade de agência. O ator se estabelece como um ente coletivo e o que define sua agência é sua “condição de agente”, entendida como a capacidade de saber e de agir (GONZALEZ, 2013).

A perspectiva orientada ao ator possibilita o entendimento de como os camponeses buscam a idealização de alternativas para solução de seus próprios problemas, sendo este, um processo social altamente complexo (LONG, 2001). Neste sentido, compreende-se que o desenvolvimento ocorre como um processo de mudança social, protagonizado por diversos atores, sendo os camponeses capazes de interpretar a realidade e propor as mudanças necessárias a atender suas necessidades, mobilizando demais atores, instituições e recursos para isso.

Segundo Ploeg (2008), a condição camponesa é caracterizada pela luta por autonomia que se realiza num contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual, por sua vez, permite formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que interagem com o mercado, permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos próprios poderão ser fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. Essa condição se relaciona diretamente com luta por autonomia realizada pelos fumicultores, na busca pela diversificação da propriedade.

Ademais, Ploeg (2008), afirma que quando uma propriedade camponesa está em processo de diversificação pode optar por pelo menos quatro mecanismos de gestão e de

conversão de recursos. O primeiro deles implica ampliar o portfólio de produtos e os resultados, o que para os camponeses implica ter sistemas de produção diversificados. Mas esse processo também pode ocorrer pela redução de custos e da dependência de insumos externos. Em segundo lugar a atividade produtiva é organizada de maneira a diminuir os custos monetários, dá-se preferência para os insumos localmente disponíveis. Num terceiro nível, a conversão diversificada pode implicar a reorganização técnico-produtiva da unidade, voltando-se mais para práticas agroecológicas ou orgânicas. Num quarto nível as unidades podem recorrer à pluriatividade, combinando diferentes tipos de ocupações e de acesso a rendas. Estes quatro mecanismos possibilitam que as unidades camponesas tornem-se mais estruturadas e mais autônomas. Isto ocorrerá também quando o camponês desenvolver estratégias, como: a criação de pequenos empreendimentos sejam individuais ou cooperativados; a modificação da matéria-prima pela agregação de valor que ocasionará ampliação dos lucros e da renda (PLOEG, 2008).

Entende-se que iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco podem emergir como resultado da autoconfrontação da sociedade de risco com a modernização da agricultura em geral e, em específico, da monocultura do tabaco. Esta auto-confrontação é possível pela capacidade de agência dos próprios atores sociais envolvidos. Pode-se considerar que os camponeses ao se confrontarem, tanto com os efeitos colaterais da modernização da agricultura, quanto com os riscos sistêmicos decorrentes na questão ambiental, social, econômica, buscam implementar iniciativas distintas para ampliar as fontes de renda e reduzir a dependência de fatores externos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta a problemática exposta sobre a cadeia produtiva do tabaco, se torna instigante o fato de, por um lado, o cultivo do tabaco ser considerado uma “boa e praticamente insubstituível” alternativa de renda para o camponês e, por outro, haver muitas famílias que vem realizando atividades de diversificação das suas propriedades para, com isso, terem alternativas de renda e melhor qualidade de vida. Entendemos inicialmente que essas iniciativas de diversificação são decorrentes da auto-confrontação com a sociedade de risco de Ulrich Beck. No contexto da sociedade de risco, iniciativas em torno da busca por um modelo de agricultura mais sustentável emergem em contraponto ao modelo vigente, uma

auto-confrontação com os riscos produzidos pela própria modernidade, expressa no espaço rural a partir da Revolução Verde. Essas iniciativas são o que Norman Long conceitua de Perspectiva Orientada ao Ator. Essa abordagem ressalta a capacidade dos atores desenvolverem iniciativas de diversificação no sentido de buscar alternativa à produção hegemônica do tabaco, levando em conta a realidade local, vinculada à cultura, ao modo de ser e de viver camponês, fortalecendo sua capacidade de agência na condução e promoção do desenvolvimento, num processo marcado por diversas formas de resistência e busca por autonomia.

A realidade paradoxal em que vivem as famílias produtoras de tabaco remete a uma busca incansável por melhorias na qualidade de vida, bem como, numa preocupação constante em garantir sua reprodução social. Como resultados preliminares desta pesquisa, pode-se elencar enquanto auto-confrontações com a sociedade de risco vários fatores que isolados ou em conjunto, e a partir da própria atuação dos atores, busquem alternativas para superar essa realidade. Algumas questões que se pode citar: a diminuição da mão de obra no campo, resultante da migração campo-cidade na busca por melhores condições de vida e conseqüentemente o tabaco ser um cultivo exigente em mão de obra; o alto custo de produção do cultivo do tabaco, dependente de insumos externos da propriedade e fornecidos *a priori* pelas fumageiras; o endividamento das famílias produtoras de tabaco; a dificuldade na comercialização, pois mesmo o tabaco tendo comércio garantido, os fumicultores tem pouca autonomia na classificação e da venda do tabaco realizadas na fumageira; a questão das famílias estarem estruturadas para a produção do tabaco, isso dificulta a mudança de produção; o tamanho das propriedades dificulta a produção de outros cultivos; a dificuldade de não ter comércio garantido para a venda da produção de alimentos, sendo um processo que demanda uma construção social, realizada pelos camponeses; o histórico da região que ao longo dos anos teve seu desenvolvimento pautado na produção do tabaco.

As principais políticas públicas acessadas pelas famílias fumicultoras são: o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Moradia Rural Minha Casa Minha Vida, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Essas políticas são mediadas por diversas entidades do município em estudo, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores (CAPA). Essas entidades ao mediar essas políticas também incentivam a diversificação ao cultivo do tabaco, principalmente, a

produção de alimentos para o autoconsumo das famílias. Essas iniciativas vão de encontro ao referencial teórico da perspectiva orientada ao ator, pois os fumicultores buscam através da organização em entidades representativas, buscam debater e encontrar soluções e diminuir a dependência a cadeia produtiva do tabaco. Nesse sentido, estão acontecendo diversas ações, através do ATER desenvolvido pelas entidades, no sentido de proporcionar maior participação nas decisões e na construção de processos alternativos ao tabaco.

Ressalta-se que estão sendo realizados vários estudos que apontam que a diversificação ao tabaco é uma realidade presente na vida dos fumicultores, no sentido de melhora nas condições de vida e de saúde.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, G. E. G. de. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005, p.168.

CARVALHO, C. de. Et. AL. **Anuário brasileiro do tabaco 2014**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2014. 128 p.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S.(Orgs.) **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.

Beck, U. Sociedade de risco: **Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo, editora 34, 2011 (2ª edição).

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. **Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

DESER. **A cadeia produtiva do fumo**. Revista Contexto Rural. Ano III nº 04; Curitiba, 2003.

DESER. **Tabaco: da produção ao consumo, uma cadeia da dependência**. Revista. Curitiba, 2010.

ETGES, V.E. (Coord.). **A produção de tabaco: Impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2001.

ETGES, V. **Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma**. REDES, Santa Cruz do Sul, Vol. 10, 2005.

GIDDENS, A. **A construção da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GONZALEZ, S.R.; PEREIRA, V.C.; DAL SOGLIO, F.K. **A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural**. Perspectivas Rurales. Nueva época, Año 13, N° 25.

LONG, N. PLOEG, J. D. **Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure**. In BOOTH, D. (org) **Rethinking social development: teory, research and practice**. Essex: Longman Scientific and Technical. 1994.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge Taylor&Francis Group. 2001. p.285.

PINHEIRO, S. e LUZ, D. **Ladrões de natureza: uma reflexão sobre a biotecnologia e o futuro do planeta**. Porto Alegre: Fundação Juquira-Candiru, 1998.

Ploeg, J. D. V. der. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2008.

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e pluriatividade. In: **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

_____**Referências para a elaboração de uma matriz (template) de análise da diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Porto Alegre, 2010a. (Relatório).